

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA TRIMESTRAL DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Comitê instituído pelo Ato TRT5 n. 127, de 19 de abril de 2016, e integrado pelos magistrados e servidores indicados na Portaria TRT5 GP n. 529, de 5 de maio de 2022.

Data: 15/12/2023, às 10h.

Presentes: juízes Clarissa Nilo de Magaldi Sabino (titular), Leonardo de Moura Landulfo Jorge (presidente Amatra), José Arnaldo Oliveira (Amatra suplente), Andréa Presas (titular), Verônica Costa França (suplente), servidores Antonio dos Santos Barata Neto (titular), Nilma Carla Cunha Nogueira (titular), Juliana Ferreira Campos (titular)
Justificadas as ausências de: juízas Angélica Ferreira e Adriana Nico e servidor Romualdo Carneiro (férias).

Pauta: 1) Devolutiva sobre o encaminhamento da aprovação de robôs para otimização das atividades da Secretaria do 1º Grau; 2) Alteração da composição do comitê para incluir um servidor diretor indicado pela comissão de diretores; 3) Eleição do novo comitê; 4) Medidas de valorização do Comitê na Gestão do Tribunal; 5) Solicitação de formação continuada; 6) Medidas de valorização da atividade fim; 7) Marcação das próximas reuniões

1) Devolutiva sobre o encaminhamento da aprovação de robôs para otimização das atividades da Secretaria do 1º Grau

Juliana Ferreira Campos apresentou um resumo de quais são os robôs que estão em fase de testes: “Mais Pje” e “AVJT”, que são extensões do PJe, possibilitando automatizações programadas. Foi testada a formulação de um pacote mínimo de automatizações para disseminação para as outras varas. Foram instaladas as automatizações formuladas pelo diretor da 38ª na 1ª VT como teste.

Em paralelo, foi buscada a aceleração da implantação junto à SETIC dos robôs da Plataforma Solaria, do TRT9, que já está nacionalizada, com 24 robôs, que estão sendo nacionalizados. Desses, 4 já foram aprovados, um deles para otimizar o uso do SISCONDJ (RJ9 - para manipulação de alvarás assinados) e para agendamento simplificado de audiências (RJ1 e RJ7).

A homologação é a fase de testes.

Há vários outros robôs, em fase de nacionalização, que também podem auxiliar sobremaneira a otimização dos processos de trabalho.

Juliana apresenta, ainda, a experiência do TRT4, que desenvolveu diversos robôs, a exemplo do Robô eCarteiro (já instalado no TRT5 – certifica a situação das notificações expedidas via eCarta, anexado o AR quando existente) e **Robô Frade** (fraciona as digitalizações dos PDFs de até 3MB, localiza onde está o processo, cria a certidão de juntada e anexa os arquivos aos feitos – auxiliaria bastante no setor de atendimento), além de outros Robôs de segunda instância. Juliana encaminhará a informação à Secretaria Geral Judiciária para que eles encaminhem a homologação desses robôs em favor da 2ª instância.

Conseguiu-se, ainda, que a SETIC fizesse a instalação do uso dos robôs também para trabalho no Gabinete de trabalho remoto.

O **Comitê delibera** que será formulado Ofício para Presidência com requerimento de que a SETIC confira prioridade à homologação desses robôs, com destacamento de pessoal específico para isso, especialmente o Robô Frade.

O **Comitê delibera**, ainda, o encaminhamento de requerimento de que a SETIC informe ao Comitê todos os robôs que se tornem disponíveis, uma vez que atualmente as liberações são informadas SETIC-SETIC. A SETIC recebe a informação sobre todos os robôs, pois integra grupos nacionais de robôs. Todos os robôs devem ser priorizados para que o TRT5 possa competir, em caráter de igualdade, com os demais Tribunais, no alcance de suas metas.

O **Comitê delibera** que seja buscada a informação sobre se é possível a indicação de algum servidor da área de negócios para integrar esses grupos nacionais de troca de informações sobre robôs; se possível, desde já indicamos Juliana Ferreira Campos (que integra o Comitê e a área de negócios do TRT (diretor da Seção Judiciária a exemplo de Juliana Ferreira), para se integrada aos grupos nacionais de troca de informações entre as SETICs, inclusive para fins de obter informação e sugerir que o TRT5 seja homologador de robôs.

O **Comitê delibera** solicitar à Presidência que indique à Presidência do CNJ, dentre os membros do Comitê, magistrado que represente na Rede Nacional de Priorização (art. 3º, §3º, da Resolução nº 278/2019 do CNJ que alterou a Resolução do nº 194/2014 do CNJ), sugerindo que seja indicado o magistrado que ocupa a cada época o cargo de coordenador do Comitê Regional.

2) Alteração da composição do comitê para incluir um servidor diretor indicado pela comissão de diretores

O **Comitê delibera** pelo encaminhamento do Proad com essa solicitação de alteração da Resolução para que seja incluído como membro permanente um **servidor diretor de vara** indicado pela comissão de diretores.

3) Eleição do novo comitê

Já houve solicitação de abertura da eleição para composição do novo comitê. Vamos indicar isso no Ofício, indicando a prioridade.

4) Medidas de valorização do Comitê na Gestão do Tribunal

- O **Comitê delibera** pelo encaminhamento de Proad à Presidência para solicitar que o comitê seja convidado para participar da elaboração das propostas que impliquem em mudança no organograma do tribunal, bem assim que o Comitê seja chamado, em caráter oficial, das reuniões em que sejam deliberadas ideias e projetos que envolvam a atividade fim do primeiro grau;
- O **Comitê delibera** pelo encaminhamento de Proad à Presidência para solicitar a participação do Comitê da distribuição de espaços dos prédios;
- O **Comitê delibera** pela publicação das atas e deliberações do Comitê no portal da página do Tribunal, com publicação das atas de reuniões.

5) Solicitação de formação continuada

O **Comitê delibera** pelo encaminhamento de **solicitação à Ejud** para priorização de cursos de formação de **aprimoramento no atendimento ao público** estendendo a servidores das varas, especialmente para formação quanto ao acolhimento de diversidades (letramento em inclusão, desafios das relações inclusivas), além de reciclagem para a equipe de atendimento ao público.

6) Medidas de valorização da atividade fim

- O **Comitê delibera** pela manutenção da valorização da atividade fim como tema permanente de debate nas reuniões;
- Encaminhamento de solicitação para priorização do **Núcleo de Justiça 4.0** ou formação de **Força Tarefa** para redistribuição de processos com prazos de conclusão vencidos que se enquadrem como processos de meta;
- O Comitê delibera pela priorização de nomeação de servidores para grupos de apoio;
- O Comitê delibera pelo encaminhamento de **solicitação à Ejud** para priorização de cursos de formação de **calculistas** e de formação continuada de **assistentes** para auxílio na estruturação de tempo e eficiência;

7) Marcação das próximas reuniões

A próxima reunião ficará designada para 29/2/2023 (quinta-feira), às 14h, na modalidade on line.

Nilma fará o convite com inclusão nas agendas.

Às 11:17h foi encerrada a reunião.

Encerrada a reunião, foi redigida a ata, posteriormente revisada pelos integrantes do Comitê.